



UEPB

Universidade
Estadual da Paraíba

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

RAFAEL GARCIA CORREIA

**O DESGASTE DE UMA CULTURA INDÍGENA E SEU ESQUECIMENTO
HISTÓRICO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS INDÍGENAS 1970-2010.**

CAMPUS I

CAMPINA GRANDE

2019

RAFAEL GARCIA CORREIA

**O DESGASTE DE UMA CULTURA INDÍGENA E SEU ESQUECIMENTO
HISTÓRICO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS INDÍGENAS 1970-2010.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Iordan Queiroz
Gomes

**CAMPINA GRANDE
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C824d Correia, Rafael Garcia.

O desgaste de uma cultura indígena e seu esquecimento histórico [manuscrito] : a historiografia sobre os indígenas 1970-2010. / Rafael Garcia Correia. - 2019.

49 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Jordan Queiroz Gomes ,
Coordenação do Curso de História - CH."

1. Catequização. 2. Colonização. 3. Cultura. 4. Civilidade.

I. Título

21. ed. CDD 907.2

RAFAEL GARCIA CORREIA

**O DESGASTE DE UMA CULTURA INDÍGENA, E SEU ESQUECIMENTO
HISTÓRICO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS INDÍGENAS 1970-2010.**

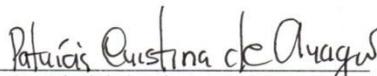
Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Licenciatura Plena em História
da Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito para obtenção do Grau de
Licenciado em História.

Aprovada em: 05/12/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jordan Q. Gomes/ Orientador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão/ Examinadora
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. José dos Santos Costa Júnior/ Examinador
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico ao meu pai Cícero Tranquilino
Correia (*in memoriam*) que estaria em
louvores por minha conquista
acadêmica.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida. A minha família, em especial a minha mãe que arduamente criou seus filhos com sabedoria e amor, tornando – os bons filhos. Aos meus irmãos: Fabiana, Fábio e Flávio que de certa forma me ajudaram a chegar onde estou hoje.

Aos professores Ofélia Maria e Jordan Gomes, meus grandes mestres nos ensinamentos iniciais na vida acadêmica, e que me fizeram enxergar com mais clareza e sabedoria as várias faces da história, e compreendê-las como devem ser.

Aos professores do Curso de História da UEPB, que com seus conhecimentos fizeram nascer outro ser pensante, com mais entendimento da história que nos rodeiam.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio, em especial aos amigos: Jordão, Walter, Francisco e Leandro, que comungavam junto a mim de ideias e vivências acadêmicas, a seu Antônio do chá que em vários momentos nos auxiliou em meio aos estresses da academia, e o Everton, que engrandeceu esse trabalho.

E especial a Laiza Rocha, que direta e indiretamente brilhou cada página escrita desse trabalho. Como não esquecer de cada momento deste trabalho e debates juntos ao lado de Melissa e Jéssica, que sem elas essas páginas não teriam saído com estão aqui. Por fim, ao Pe. Irapuan Ramos, que com seus aconselhamentos de guia espiritual pôde por muitas vezes acalmar esse coração amedrontado.

“Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura” (BARROS, 2010).

O DESGASTE DE UMA CULTURA INDÍGENA E SEU ESQUECIMENTO HISTÓRICO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS INDÍGENAS 1970-2010.

RAFAEL GARCIA CORREIA

CORREIA, Rafael Garcia. O desgaste de uma cultura indígena, e seu esquecimento histórico: a historiografia sobre os indígenas 1970-2010. Curso de Licenciatura Plena em História Departamento de História. Campus I. Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande-PB: UEPB, 2019.

RESUMO

A presente pesquisa se propõe a discutir como a historiografia brasileira trabalhou o processo de cristianização e colonização dos povos indígenas no Brasil ao longo dos séculos, tendo como objetivo analisar de que forma essa historiografia brasileira trata essa temática indígena entre as décadas de 1970 a 2010. Problematizando como tal participação deixou de ser relevante na construção histórica nacional. Como também, o estudo do processo de catequização dos colonizadores e principalmente da resistência dos povos indígenas, assim também o papel dos nativos nesse processo historiográfico onde trataremos desse fato categoricamente nas visões; do colonizador e do colonizado. O colonizador como instrumento da casualidade de ser o responsável pela “descoberta” em sua visão europeia, e de uma terra que para eles não havia “cultura” e “civilidade” e o colonizado que sem nenhum entendimento dessa chegada, resiste até o fim; fim das forças e fim de sua própria vida.

Palavras-Chave: catequização, colonização, cultura e civilidade.

ABSTRACT

This research aims to discuss how Brazilian historiography worked the process of Christianization and colonization of indigenous peoples in Brazil over the centuries, proposing to analyze how this Brazilian historiography deals with this indigenous theme between the 1970s and 2010. Problematizing how this participation is no longer relevant in the national historical construction. Likewise, the study of colonizers' catechization process and especially the resistance of indigenous peoples, as well as the role of natives in this historiographic process where we will deal with this fact categorically in the visions of the colonizer and the colonized. The colonizer as an instrument by chance of being responsible for the "discovery" in European vision and of a land that for them had no "culture" and "civility" as well, therefore, the colonized resists to the end even without any knowledge about this arrival; the edge of their strength and their lives.

Keywords: Catechization; Colonization; Culture; Civility.

SUMÁRIO

3.	INTRODUÇÃO	09
4.	<i>CAPÍTULO I: A CHEGADA DO NOVO, MAS QUE NOVO ERA ESSE?</i>	17
5.	<i>1.1 A CHEGADA: OS PRIMEIROS PASSOS EM TERRAS NATIVAS.</i>	17
6.	<i>CAPÍTULO II: UMA HISTÓRIA, UMA ANÁLISE, UM ESQUECIMENTO</i>	33
7.	2.1 LEI 11/645/08 - O LIVRO DIDÁTICO.....	41
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
9.	REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

A terra já habitada pelos povos indígenas há séculos antes da chegada dos europeus padeceram inúmeros efeitos com a colonização europeia. O que levou aos portugueses e europeus a chegarem ao continente da América fora o processo de expansão mercantilista que é baseada do crescimento de suas riquezas e desenvolvimento do país, para isso, deveria haver uma exploração maciça das riquezas que seriam encontradas nas novas terras com a expansão de suas frotas.

A presente pesquisa se fará da seguinte forma: No primeiro capítulo pretende analisar a construção representativa da imagem do nativo na historiografia brasileira entre os anos de 1970 e 2010 a partir de trechos das bibliografias consideradas clássicos da História Indígena e História do Brasil como o livro História do Brasil de autoria do Historiador Brasileiro Boris Fausto (1994), e que é considerado um clássico da análise do processo construtivo da História do Brasil. Ainda empregando aspectos inerentes a essa análise faremos uso do Livro O diabo e a Terra de Santa Cruz de Laura de Mello e Souza (1986), também por referência o livro da autora Maria Celestino de Almeida (2010).

No segundo capítulo a análise se fará a partir da Lei 11.656/2008 que permite o alargamento das discussões acerca da temática indígena, principalmente no que se refere ao ensino básico, apesar da lei ser direcionada para a prática em sala de aula, vemos que as discussões no meio acadêmico também se fazem em maior volume, a partir da sua instituição. De fato, isso no primeiro momento efetivamente ocorreu, uma espécie de primeiro contato, a velha e dita “política da boa vizinhança”, até o ponto em que tudo desanda após as investidas dos colonizadores que mudaram todo contexto dos nativos com as suas intervenções de cristianização, exploração e progresso.

Quando foi atingido pelas navegações europeias no fim do século XV, o continente americano encontrava – se plenamente habitado desde milênios. Constituíam um impressionante mosaico de povos, línguas e culturas, distribuídas por toda sua extensão geográfica e continental. (BARCELLOS, 1996 [1947], p. 12).

É importante destacar, que essa vasta diversificação cultural encontrada pelos navegadores não os fizeram ter um entendimento do valor histórico dessas culturas, dos povos indígenas, que se estendiam ao longo das terras e margens dos rios, numa prática não comercial, mas de troca, já que suas atividades eram de pura subsistência, junto

com os cultos religiosos. Não podemos esquecer que a relação de alteridade entre os povos de diferentes culturas é um fator de estranhamento, tendo em vista que os sujeitos tendem a avaliar e compreender a outra cultura a partir de seu olhar e experiências. Portanto é compreensível que os colonizadores acreditassem que os povos indígenas não eram civilizados, não tinham cultura nem história, por não adotarem os mesmos meios de religião, escrita e língua.

Nessa visão do expansionismo cristão que determina a natureza das terras "descobertas" e, após, arrastar o mito do Paraíso Terrestre para o Novo Mundo, reforça o processo colonizador. No entanto, a Terra de Santa Cruz se tornou um porto de abrigo para os banidos de Portugal. Os nativos do Novo Mundo foram demonizados, taxados como animais e considerados como gente pecadora, isso por que existia a representação dos nativos como monstros, quanto à distância da colônia em relação à Metrópole, transformando em selvagem, aqueles que viviam a nudez e à vida natural.

Para os portugueses, a expansão marítima e a conquista de novas terras, seriam de grande valia, tanto para os nobres da corte em aumento de suas riquezas e prestígios, como também e em especial aos membros da igreja que ao servir o rei – que também adquiriam cargos públicos - estariam servindo a Deus na cristandade dos bárbaros.

A expansão ocidental caracterizou – se pela bi frontalidade: por um lado, incorporavam – se novas terras, sujeitando – as ao poder temporal dos monarcas europeus; por outro lado, ganhavam – se novas ovelhas para a religião e para o papa. De todos os que poderia dar a terra recém – descoberta pareceu a Caminha que o seu melhor seria salvar a gente indígena. “E essa deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela lançar”, permitia – se aconselhar com grande naturalidade, o escrivão de Calicute. (MELLO, 2009, p 48)

Reflete, em maior ou menor grau, nos relatos registrados por críticos, viajantes e padres, em especial os jesuítas. Há nesses relatos uma representação dos índios com características positivas e índios com qualidades impresumíveis, de acordo com o maior ou menor grau de oposição aos portugueses. Com os mesmos relatos, em geral, os índios habitavam em casas, mas alguns índios em especial os aimorés viviam como animais nas florestas.

Para tratar da importância de inserir os povos indígenas na historiografia brasileira como protagonista, e não como meros figurantes, é preciso apresentar reflexões sobre algumas mudanças na historiografia que são resultantes dessa inclusão, assinalando a importância acadêmica, como também a social e a política. A inclusão dos

indígenas em nossa historiografia na categoria de sujeitos tem trazido novas interpretações sobre esse assunto. Essa pesquisa abordará alguns deles. Desde ponto de vista social e político, os novos esclarecimentos históricos sobre os índios competem um papel ativo de desconstruir ideias de cunho preconceituoso e discriminatórias¹.

Para as atividades agrícolas, o plantio era de feijão, milho, abóbora e a mandioca principalmente, fazendo assim com que a farinha se tornasse também um alimento básico da Colônia. A economia era essencialmente de subsistência e dedicada ao consumo da própria tribo. Por um lado, como não havia uma nação indígena unificada e sim grupos separados, muitas vezes em guerra, para os portugueses as guerras ajudaram na identificação dos possíveis aliados entre os nativos, na luta dos grupos que se confrontavam a eles. Essas alianças eram feitas por meio de acordos, casamentos ou união de um mesmo propósito entre os nativos e os colonizadores. Porém, isso tudo não quer dizer que os índios não apresentavam resistência aos colonizadores, especialmente quando se trata de escravizá-los. Da interação cultural dos europeus e dos nativos surge uma etnia racial mestiça que mostra – se até hoje como aspectos silenciosos no desenvolvimento da sociedade brasileira. Uma forma excêntrica de resistência dos índios incidiu no afastamento, alcançado através de consecutivos destroncamentos para regiões mais inóspitas. Em limites muito apertados, essas soluções permitiram a cautela de um legado biológico, social e cultural.

Nas primeiras três décadas, apontadas pelo esforço de avaliar a tomada da nova terra, a colonização tende a assumir uma nova forma. Tendo acontecido em quase toda a América, o Brasil iria se tornar uma colônia com principal intuito de ser fornecedor comercial aos europeus. A divisão da Metrópole europeia incidirá no incentivo ao comércio, tendo embasamento nos produtos de grande exportação e em grande volume, trazida das grandes marcações de terra. Esse comércio necessitaria consentir aos interesses de ajuntamento de riquezas.

A escravização dos povos indígenas trouxe consigo uma cadeia de ilicitude, tendo como base os princípios colonizadores. Os índios apresentavam uma cultura conflitante com o exercício do trabalho, como queriam os portugueses. Não tendo a cultura de trabalho, eram taxados de preguiçosos e não se tinha a prática de comércio.

¹ O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / Gersem dos Santos Luciano – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

Podemos enumerar duas situações básicas de rendição dos índios aos portugueses. Em primeiro momento; seria na escravização simples, de boa-fé ou por força mesmo. A segunda seria pelo viés religioso, principalmente nas práticas jesuíticas. Essa incidiu no empenho em converter os índios em "bons cristãos". Ser "bom cristão" constituía contrair bons hábitos, imitáveis aos dos europeus.

As ordens religiosas não tinham respeito pelas práticas religiosas e culturais indígenas. Pelo contrário, eles duvidavam que os índios estivessem um lado humano, taxados como animais selvagens, bárbaros. Padre Manuel da Nóbrega² "índios são cães em se comerem e matarem, e são porcos nos vícios e na maneira de se tratarem". Os índios não se submetiam aos vários métodos de rendição imposta pelos colonizadores, usavam a guerra, planejavam fugas, tudo isso na renúncia ao trabalho compulsório³.

Nessa definição, a Igreja se tornava relevante. Tendo em suas mãos a priori da educação dos habitantes da colônia, detinham também do convencimento de "controle das almas" da vida diária dos colonos. Esse controle era um mecanismo muito eficaz para conduzir a ideia geral de obediência e, em especial, a de obediência ao poder do Estado e da igreja. No caso tanto da colonização espanhola como portuguesa, é utilizado o regime de padroado⁴, a Igreja estava ligada ao estado e não a santa sé. Mas a Igreja não limitava seu papel unicamente a isso. Ela estava sempre presente na vida e na morte das pessoas, ela fazia parte no nascimento, nos casamentos e morte de seus fiéis. O acesso na participação na comunidade, o encaixe nos moldes de uma vida decente, "a morte sem pecado deste mundo", estar sujeito aos atos usurpados usados pela Igreja, como a venda das indulgências: batismo, crisma, casamento, confissão e a extrema-unção.

² **Manuel da Nóbrega** foi um padre jesuíta português que participou da primeira missão de catequização nas Terras de Santa Cruz (Brasil), no século XVI.

³ BARCELLOS, 1996 [1947]

⁴ Desde muito tempo, a Igreja junto com o Império lusitano concretizaram boas relações políticas e religiosas. No meio colonial, componentes da Igreja detinham apreço na corte e mantinham - se sempre amparando a administração e na manutenção dos costumes europeus religiosos. Assim se deu o padroado Régio. Por meio desse padroado, o imperador tinha como função o sustentar dos membros da igreja no âmbito colonial. Além do mais as encíclicas papais deveriam passar pela aprovação do rei.

O sistema de padroado iniciou uma grave crise no segundo reinado, de um lado Dom Pedro II e do outro, os clérigos católicos no Brasil. Essa crise entre essas duas instituições, deu - se pelo fato da censura imposta pelo papa Pio IX, 1864, que proibia seus membros eclesiásticos as práticas maçônicas, dando - lhes como punição excomunhão. Essa proibição acabou atingindo Dom Pedro II, que fazia parte dos quadros da Maçonaria.

Amparando-se aos poderes que lhe eram garantidos, o imperador assinou um decreto não reconhecendo o valor da bula papal. De início, esse decreto de D. Pedro II não teve grandes repercussões. Porém, os membros da igreja de Olinda e Belém mantiveram a ordem do papa Pio IX, promovendo a excomunhão dos padres.

A história oficial, escrita e manipulada pelos dominadores, ignorou e negou a condição de povos civilizados aos habitantes do novo continente. Na visão da historiografia oficial, os habitantes originários da América nada mais seriam que bárbaros, gentios selvagens destituídos de qualquer capacidade de inteligência criativa e de realizações espirituais e materiais. (BARCELLOS, 1996 [1947], p. 18).

Assim, essa pesquisa tem como objetivo não somente analisar e compreender como fora a chegada dos colonizadores, mas também revisar as produções historiográficas brasileiras, acerca da temática indígena. Assim, teremos uma análise de como as obras das últimas décadas vieram a trabalhar tal temática dos nativos originários antes da chegada dos colonizadores. A percepção dos povos indígenas como sendo sujeitos influentes nos processos históricos, é sistematizada na produção historiográfica ocidental, a partir da década de 1970, quando se refuta a ideia de que História se faz somente a partir de fontes escritas, passando pelo diálogo com a Antropologia e a Arqueologia, e culminando com a entrada de sujeitos e grupos sociais minoritários na produção historiográfica. Vele lembra que, esta pesquisa também tratará das diretrizes básicas da lei de inclusão da temática indígena nos livros didáticos do ensino escolar. Assim trazendo a discussão de como está sendo abordada nas escolas e de como esse tema desconstrói os termos já existentes da imagem dos nativos.

A presença do índio na historiografia brasileira em geral, oscilava entre duas visões antagônicas: a imagem romântica e idílica e a imagem do bárbaro e cruel selvagem.⁵Tais visões colaboravam para mostrar o nativo ora como um ser indefeso ante um inimigo superior, ora como justificativa legítima para seu extermínio, em ambos os casos, não se via os nativos como agentes de sua própria história, mas antes como vítimas indefesas ou animais sanguinários.

O Brasil nessa transição de século, ainda estava a descobrir a sua própria identidade, uma construção no entendimento de como esse país tinha se transformado e vinha a passos lentos sem se modificar, tendo como base o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro “IHGB”, mesmo que esse órgão ainda permanecesse com vestígios imperialistas e coloniais. Também por que não dizer das tradições colonizadoras – católicas – criadas com a chegada dos colonizadores. Nessa nova identidade ainda em progresso, os povos indígenas de certa forma ficaram de fora da maior parte da construção dessa nação. Nesse processo de solidificação do Estado

⁵ Boris Fausto, História do Brasil, 1996. Maria Regina Celestino de Almeida, Os índios na história do Brasil, 2010. Corroboram com a ideia de que o índio teve papel fundamental na criação e processo histórico nacional, tanto como auxiliares efetivos como adversos a nova política colonizadora.

Nacional, marcado pelas disputas regionalistas, competiu ao IHGB a obrigação de sistematizar uma história dita, mas como oficial, incorporando junto aos seus membros que eram as grandes elites letradas brasileiras, como também a elite econômica e política. O retrato social da mais nobre elite intelectual, do qual faziam parte os membros do IHGB, trouxe uma nova adaptação das doutrinas analíticas sociais para o entendimento da realidade brasileira.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, respondeu a lógica do contexto da emancipação política do país, norteando – se pela tarefa primeira de criar uma história para a nação. Assim, como na Europa dos oitocentos, a história deveria ter um papel importante e até mesmo fundamental a desempenhar na elaboração de uma narrativa nacional, que permitisse a construção, ou rearranjo, de determinadas peculiaridades da nova nação, a fim de dar-lhe a visibilidade necessária. (MONTEIRO, 2016, p 15)

Criar uma nação brasileira, abastecida de anseios de alcançar os moldes idealizadores da civilização europeia, não era uma tarefa fácil e nem simples de ser cumprida, algo de longo prazo, pois o Brasil acumulava inúmeras condições precárias. Havia um desprezo das elites aos índios, e todos aqueles que fugiam da identificação estabelecida por essas elites. Identificação europeia. Elas, não sendo acolhidas pela elite, não iriam constituir o processo de nação que se almejava para o Brasil.

Os povos originários brasileiros, historicamente, sofreram uma proposital invisibilidade, o que nos leva ao seguinte questionamento: O lugar que o índio ocupa hoje nas páginas da História brasileira que já foram escritas, traz de fato seu real papel? Ou, estaríamos vivenciando uma nova cultura histórica propensa a repensar o lugar do índio na história e identidade nacional?

Havia e ainda há uma enorme dificuldade em ingressar os povos indígenas na história nacional. Sérios desafios eram estabelecidos em políticas novas de inclusão do índio na cultura lusitana, por mais que esses povos já ocupavam terras antes da chegada portuguesa. Porém, eram retratados de maneira errônea como ameaça aos colonos, como sendo povos bárbaros e preguiçosos e empecilho ao progresso.

É importante destacar, que essa vasta diversificação cultural encontrada pelos navegadores não os fizeram ter um “entendimento” do valor histórico dessas atividades dos povos indígenas, que se caracterizavam pelo uso das terras por meio da agricultura, dos rios por meio da pesca, das práticas de escambo e até mesmo com relação aos cultos religiosos. Não podemos esquecer que a relação de alteridade entre os povos de

diferentes culturas é um fator de estranhamento, tendo em vista que os sujeitos tendem a avaliar e compreender a outra cultura a partir de seu olhar e experiências. Portanto é compreensível que os colonizadores acreditassem que os povos indígenas não eram civilizados, não tinham cultura e nem história, por não adotarem os mesmos meios de religião, escrita e língua.

Assim, fundamentaremos o debate através da Nova História Cultural, levando em consideração que é por meio desse campo historiográfico que há uma ampliação nos estudos sobre grupos étnicos. Nesse sentido, não poderíamos nos furtar de citar a importante contribuição dada por Jacques Le Goff e Pierre Nora: “História: Novos Problemas, Novas Abordagens; Novos Objetos”⁶, que se calca na possibilidade de ampliação das fontes para as pesquisas, utiliza-se da interdisciplinaridade entre as ciências sociais, proporcionando aos historiadores uma mudança acerca da presença humana na História, em nosso caso, dos índios.

Desta forma, pesquisar a partir de uma tendência de trabalhos que começaram a ganhar força por meio da expansão dos programas de pós-graduação no Brasil, onde se observa um considerável aumento nas pesquisas que envolviam a História indígena, com a emergência política e a etnogênese de grupos indígenas, antes renegados pela historiografia tradicional, e que passam a constar não somente nas produções arqueológicas e antropológicas, mas também nas historiográficas, e são essas produções que serão revisitadas, tendo como recorte temporal 1970 a 2010.

A concepção de cultura adotada pela historiografia na *Nova História Cultural* considera a existência de culturas diferentes, nem superiores, nem inferiores⁷. E é

⁶ Especificamente em se tratando no âmbito da historiografia, Le Goff faz parte do grupo de historiadores franceses ficando conhecido por muitos como “terceira geração dos Annales”, construindo uma identidade mais particular em torno da noção de nova história.

Pode-se dizer que as produções de Le Goff, principalmente, em torno dos cenários históricos que foram conhecidos como História Cultural, História das Mentalidades, História do Imaginário e Antropologia Histórica. Sempre ligado com as aparências culturais, esses aspectos, a edificação das identidades, as informações da história social ligado ao fantasioso e às mentalidades, o dia a dia cotidiano e, estabelecendo uma conexão com a Antropologia Histórica.

O lugar de memória foi uma abordagem feita pelo francês Pierre Nora, que assumiu essa postura e fora seguido por outros autores das áreas (historiadores, antropólogos, sociólogos, arquitetos, etc. Nora postula uma consciência de ruptura com o passado, uma quebra da continuidade, cujo efeito é esfacelar a memória, a qual dependeria da continuidade). Nora faz distinções tendo a abrangência epistemológica e descomunal para o futuro da historiografia. Assim, a memória é uma experiência do passado no qual é ressignificado como continuidade. Ela mexe-se de maneira afetuosa, entre a lembrança e o esquecimento, surgindo de grupos sociais para conservar as junções. Sua característica fundamental é ser múltipla e desacelerada.

⁷ **Clifford Geertz.** *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa.* Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, Vozes, 1997. A cultura retratada pela antropologia refere – se os fenômenos

levando em consideração a evidente problemática da falta de atenção dada as populações indígenas no cotidiano histórico do Brasil, que este projeto visa revisitar a historiografia e pensar as possibilidades dentro da contemporaneidade de ressaltar seu protagonismo frente aos estereótipos já cristalizados na sociedade. Sob esta ótica é possível abrir rotas a respeito do indígena, como sujeito histórico que possa desfazer de um passado cristalizado. Assim sendo, essa pesquisa almeja, a partir de uma revisão historiográfica, referente à história indígena, desfazer da invisibilidade forjada ao longo da História a respeito destes nativos silenciados pelo discurso oficial.

Na historiografia nacional a questão da figura indígena ser portadora de sua história, ainda parece em invisibilidade. O destaque desta pesquisa está para as possibilidades de novas perspectivas a este respeito que tem sido trabalhada nos últimos anos e potencialmente no futuro. A reprodução envolve processos de finura, identificação, importância, categorização, legitimação e eliminação. Percebe-se como imaginário um sistema de ideias, constituído por imagens de representação coletivizada que os homens, em terminadas épocas, edificaram para si, dando definição ao mundo.

O historiador Bronislaw Baczko, que assim define o imaginário, atribui a esse conceito características de historicidade e abrangência. O imaginário é histórico e datado, ou seja, em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real. Essa construção de sentido é ampla, uma vez que se expressa por palavras/discursos/sons, por imagens, coisas, materialidades e por práticas, ritos, performances. O imaginário comporta crenças, mitos, ideologias, conceitos, valores, é construtor de identidades e exclusões, hierarquiza, divide, aponta semelhanças e diferenças no social. Ele é um saber-fazer que organiza o mundo, produzindo a coesão ou o conflito. (PESAVENTO, 2012 p 3)

Essa ideia de imaginário como sistema expede à captação de que ele compõe um conjugado dotado de conexão e de articulação. Representação porque a história narrada tanto se coloca no lugar que aconteceu como também lhe impõe um significado. É neste processo que o historiador desenvolve suas atividades com as descrições que lhe é abordado de um tempo para o outro, sem corroborar o passado. O historiador pretende reconstruir uma versão do passado a partir de sua escrita.

A historiografia nacional brasileira, no momento em que a crise dos paradigmas chegou ao país, no final dos anos 1980, era até então dominada por uma postura marxista de entendimento da história. Desde os tempos pioneiros de utilização dos livros de Caio Prado Jr. ou Nelson Werneck Sodré no âmbito da academia, o materialismo histórico se propunha como a postura teórica que melhor dava conta da realidade brasileira, imersa, a partir de 1964

culturais significativos, passíveis as várias interpretações. Assim, historicamente, a antropologia concentra outras perspectivas de diversos grupos de um contexto local.

no autoritarismo de um regime militar que se estendeu até o lento processo de reabertura política dos anos 80. (PESAVENTO, 2012 p 5.)

Contudo, para chegar a tal temática “***O DESGASTE DE UMA CULTURA INDÍGENA E SEU ESQUECIMENTO HISTÓRICO: A HISTORIOGRAFIA SOBRE OS INDÍGENAS 1970-2010***”, essa pesquisa visou dar mais fundamentos a esse campo de estudo cultural/historiográfico indígena no país, já que são ainda tímidos os trabalhos que trazem mais ênfase na história indígena, assim, nesse sentido, é possível e importante novos trabalhos que possa identificar pontos diferentes e outras problemáticas que foram e ainda não foram abordadas nas pesquisas da História Indígena.

Desse modo, não só no sentido de traçar novas conclusões ou buscar uma resposta definitiva, mas aperfeiçoar alguns desafios no que tange as pesquisas desse campo. Para isso, é fundamental a discussão amparada na História Cultural, levando em consideração que é a partir de posições historiográficas que vem se ampliando inúmeros debates sobre a cultura, e dessa forma, a História indígena consegue expandir os estudos sobre grupos étnicos já existentes.

Tentando dar mais destaque a vasta diversificação cultural encontrada pelos colonizadores, esse trabalho busca não só a viabilidade de como fora tal achado cultural, como também um entendimento do valor histórico dessas diversidades dos povos indígenas. Não furtando o saber que a relação de alteridade entre os povos de diferentes culturas bem distantes dos europeus, que é um fator de estranhamento, tendo em vista que os sujeitos tendem a julgar e compreender a outra cultura a partir de um novo olhar e de uma expectativa de como seria tais aproximações e choques culturais.

Passados mais de cinco séculos após o desembarque da frota de Cabral no território batizado de Terra de Santa Cruz acreditam - se que não estejam ainda esgotados todos os debates historiográficos do primeiro século de colonização portuguesa no “*Novo Mundo*”. Assim, a proposta desta pesquisa é analisar o embate da catequese indígena desenvolvido pelos jesuítas, e também a expansão econômica portuguesa, como também o processo de participação ativa dos povos indígenas na construção histórica do país. Tentando assim, apresentar uma postura significativa de obras e fontes históricas que já trabalharam essa temática.

CAPÍTULO I: A CHEGADA DO NOVO, MAS QUE NOVO ERA ESSE?

1.1 -- A CHEGADA: OS PRIMEIROS PASSOS EM TERRAS NATIVAS

Para entendermos tal chegada dos colonizadores europeus as terras que viriam a ser batizadas de Brasil, no que se dizem respeito ao expansionismo marítimo português, que buscava rotas que os levassem as tão sonhadas Índias, mas os ventos contrários os trouxeram para as Américas, é necessário também entender o contexto da vivência europeia do século XV. Ao lado da expansão marítima, os portugueses também queriam uma consolidação da fé cristã, a propagação do reino de Deus e como consequência, aumento dos territórios da Coroa.

Também ocorreu uma expansão geográfica da Europa cristã, antecessora com outras condições da expansão marítima iniciada no século XV, pela reconquista de territórios ou a ocupação de novos espaços. A Península Ibérica foi sendo retomada dos mouros; o Mediterrâneo deixou de ser um "lago árabe", onde os europeus não conseguiam sequer colocar um barquinho; os cruzados ocuparam Chipre, a Palestina, a Síria, Creta e as ilhas do Mar Egeu; no noroeste da Europa, houve expansão inglesa na direção do País de Gales, da Escócia e da Irlanda; no leste europeu, alemães e escandinavos conquistaram as terras do Báltico e as habitadas pelos eslavos. (FAUSTO, 1996, p 9).

Tais expansões marítimas tiveram pontos a serem levados em conta para tal atividade, como por exemplo, a representação importante da chamada "técnica de marear". Quando começaram as viagens portuguesas rumo a além-mar, tendo como dificuldades a falta de indicação de latitudes ou longitudes, tomavam rumos apenas pelas distâncias. O aprimoramento dos instrumentos como o astrolábio e o quadrante, permitindo assim a localização de um navio através dos astros, trouxe importantes inovações na prática náutica. Os lusitanos criaram um tipo de estrutura naval que dará a eles técnicas de aprimoramento em suas navegações. As caravelas eram a menina dos olhos dos colonizadores expansionistas, empregando bastante no século XVI e viagens ao o Brasil.

Quando os portugueses chegaram ao Novo Mundo e depararam com uma população nativa bastante diversa em termos culturais e linguísticos, espalhados por toda bacia dos Rios Paraná-Paraguai.

Podemos distinguir dois grandes blocos que subdividem essa população: os tupis-guaranis e os tapuias. Os tupis-guaranis estendiam-se por quase toda a costa brasileira, desde pelo menos o Ceará até a Lagoa dos Patos, no extremo Sul. Os tupis, também denominados tupinambás, dominavam a faixa litorânea, do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo; os guaranis localizavam-se na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil. Apesar dessa localização

geográfica diversa dos tupis e dos guaranis, falamos em conjunto tupi-guarani, dada a semelhança de cultura e de língua. (FAUSTO, 1996, p 20.)

A presença tupi-guarani era encontrada em alguns pontos do litoral, que também habitava outros grupos, como os *Goitacazes* e os *aimorés*, como também *Tremembé*. Cabe salientar essa classificação definida é resultado de estudos dos antropólogos, que se baseando, em semelhanças culturais e linguísticas. Os europeus reconheceram de certa forma muitos outros “povos” indígenas, como os *carijós*, os *tupiniquins*, os *tamoios* etc.

Chegando de longas distâncias, com suas enormes caravelas, os lusitanos, e os padres, foram agregados no imaginário dos nativos como grandes xamãs (pajés), que caminhavam pelas terras, passando de aldeia em aldeia, prenunciando, curando, e descrevendo a existência de uma terra de abundância. Os europeus dotados de poderes especiais eram respeitados, temidos e odiados. (FAUSTO, 1998)

Entretanto, não havia uma só nação indígena e sim vários grupos dispersos em conflito constantes, possibilitando aos portugueses descobrir aliados no meio dos próprios nativos, lutando assim contra os grupos que resistiam a eles. Contudo, mesmo tendo auxílio de vários grupos de nativos, ainda houve forte resistência por parte dos grupos indígenas aos colonizadores, em se tratando de escraviza-los.

Nesses anos iniciais, entre 1500 e 1535, a principal atividade econômica foi a extração do pau-brasil, obtida principalmente mediante troca com os índios. As árvores não cresciam juntas, em grandes áreas, mas encontravam-se dispersas. À medida que a madeira foi-se esgotando no litoral, os europeus passaram a recorrer aos índios para obtê-la. O trabalho coletivo, especialmente a derrubada de árvores, era uma tarefa comum na sociedade tupinambá. Assim, o corte do pau-brasil podia integrar-se com relativa facilidade aos padrões tradicionais da vida indígena. Os índios forneciam a madeira e, em menor escala, farinha de mandioca, trocadas por peças de tecido, facas, canivetes e quinquilharias, objetos de pouco valor para os portugueses. (FAUSTO, 1996, p 23).

Para conseguirem a extração do pau-brasil, os portugueses tinham a ajuda dos grupos nativos, pois não conheciam as regiões em que essa madeira pudesse ser encontrada. Os nativos, tendo conhecimento do território, conseguiam a extração do pau-brasil como também no transporte trazendo até a área litorânea. Os nativos que conseguiam esse tipo de atividade eram premiados pela prática de escambo. Com isso recebiam em troca do pau – Brasil mercadorias/produtos sem valor comercial para os portugueses como; espelhos, contas, roupas, dentre outros.

Antes da chegada desastrosa dos colonizadores por volta de 22 de abril de 1500, com a sua política expansionista e mercantilista, os povos indígenas tinham sua própria dinâmica e viviam a sua maneira. Nos primeiros trinta anos, nos anos de (1500 – 1530), com a vinda das expedições portuguesas marcou - se definitivamente a colonização portuguesa em terras americanas. Já na chegada naquele mesmo ano, os portugueses iniciaram o processo exploratório e lucrativo das riquezas encontradas em nossas terras.

Antes de impetrar em terras tupiniquins, os portugueses já procuravam há muito tempo encontrar a rota certa para poder chegar às tão sonhadas Índias. Sendo assim, quando desembarcaram na América, os portugueses eram mais atentos em ampliar o comércio no oriente ao se arriscar nas novas terras recém-encontradas. Tal modo que, nos trinta primeiros anos da colonização, os lusitanos fizeram pouco caso do Brasil.

É importante ressaltar que, não tendo recebido a mesma importância das Índias, a América portuguesa, teve várias visitas das embarcações colonizadoras que tinham a tarefa de reconhecimento e mapeamento do novo território como também o patrulhamento na defesa de possíveis invasões de outras expedições que tinham o empenho expansionista de colonização da América.

Não achando riquezas atraentes, os portugueses limitaram - se a extração do pau-brasil. Tal madeira servia de construção das casas e embarcações, como também existia nela uma natural avermelhada tintura servindo como tingimento de tecidos. Após esse período, a Coroa portuguesa, cria as capitanias hereditárias que eram uma forma administrativa do território colonial na América. As Capitanias hereditárias eram a melhor forma de aproveitamento das colônias. Encarregada pela Coroa Portuguesa, os donatários⁸ exploravam as terras e exerciam a colonização aos interesses da coroa. (FAUSTO, 1998).

Nesse sentido segundo a autora Maria Celestino de Almeida, os nativos tiveram participação fundamental no processo de conquista do território, tanto no que se refere ao território que veio a se tornar o Brasil, mas também em toda a América. Segundo Almeida:

Os povos indígenas tiveram participação essencial nos processos de conquista e colonização em todas as regiões da América. Na condição de aliados e inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis nas construções das sociedades coloniais e pós-coloniais. Foram diferentes grupos nativos do continente americano de diferentes etnias, línguas e culturas diversas que receberam os europeus das formas mais variadas e foram por eles chamados de índios. (ALMEIDA 2001, p 9)

⁸ Os donatários não eram donos, eles deveriam aumentar a capitania com próprios recursos da capitania, eram responsáveis pelo seu controle, como a proteção e desenvolvimento econômico.

O Tratado de Tordesilhas estipulou a divisão do território em capitânias. A primeira divisão formou - se a Ilha de São João, tendo como responsabilidade Fernando de Noronha (1504). Os donatários faziam parte da nobreza portuguesa (da classe mais baixa) que a Coroa portuguesa confiava que tivessem condições para administrar os rumos da colonização. Esse sistema de divisão de território entre os nobres foi proveitoso para a Coroa, que teve um considerável aumento dos lucros, menos para os donatários. Eles tinham grandes dificuldades na administração e produtividade das colônias, pois possuíam poucos recursos, para tornar a capitania lucrativa. Esse modo de divisão existiu até 1821. Na medida em que iam fracassando, a Coroa Portuguesa tomava novamente as terras dos donatários, e eram redimensionadas a novos administradores, originando novas composições de administração. Em 1500 quando os portugueses desembarcaram no Brasil, inicia entre a Colônia do Brasil e a Metrópole portuguesa, uma relação administrativa das novas terras. De início, a ideia era conquistar e explorar as novas terras chamadas de novo mundo, através das expansões marítimas portuguesas que atravessavam o oceano no século XV. Assim, cria o governo geral, indicação feita pelo rei, ele seria responsável pela parte administrativa e desenvolvimento econômico da colônia, de criação de engenhos, até proteção de terras, como também a admissão dos nativos na sociedade. Tomé de Souza (1549 a 1553), Duarte da Costa (1553 a 1558) e Mem de Sá (1558 e 1572), foram os três primeiros governadores gerais a governarem as colônias. Ambas as administrações tiveram suas particularidades, Tomé de Sousa restabeleceu a Coroa Portuguesa as terras brasileiras. Já Duarte da Costa, teve seu governo cheio de conflitos com os povos indígenas; porém, Mem de Sá, fez o oposto ao seu antecessor, ele manteve uma relação de proximidade com os nativos para combater os franceses invasores. (FAUSTO, 1998).

Nas análises empregadas por Almeida (2001) a partir dos textos de Francisco Adolfo de Varnhagen “os índios a grosso modo, vinham desempenhando papéis muito secundários, agindo sempre em função dos interesses alheios, pareciam estar no Brasil à disposição dos europeus, que se serviam deles conforme seus interesses” (ALMEIDA, 2001 p.15)

Contudo observa-se que esses nativos, ao contrário do que afirma Varnhagen no trecho escrito por Celestino de Almeida, os nativos não aceitavam a colonização e nem sempre se mantinham a disposição dos europeus. Entre conflitos e guerras, havia o respeito e continuidade de suas raízes e crenças. Até por que, para os índios, as guerras

não eram sinônimos de poder e ganancia, eras mais voltadas a vingança da morte de seus antepassados. Eles entendiam que havia necessidade um dos outros para sua sobrevivência, esse entendimento se dá ao fato de que os povos indígenas eram e viviam com espíritos guerreiros, e que se não existisse seus oponentes, eles não teriam serventia alguma. Diferente dos colonizadores, que tinha a guerra como meta de dominação territorial e crescimento econômico. Esse foi um dos fatores da falta de entendimento de ambos, gerando futuros conflitos.

Os índios tinham uma cultura incompatível com o trabalho intensivo e regular e mais ainda compulsório, como pretendido pelos europeus. Não eram vadios ou preguiçosos. Apenas faziam o necessário para garantir sua subsistência, o que não era difícil em uma época de peixes abundantes, frutas e animais. Muito de sua energia e imaginação era empregada nos rituais, nas celebrações e nas guerras. As noções de trabalho contínuo ou do que hoje chamaríamos de produtividade eram totalmente estranhas a eles. (FAUSTO, 1996, p28).

Mesmo as ordens religiosas trabalhando em conjunto com os colonos, ambos tiveram diversos atritos com os colonizadores em relação à proteção imposta dos jesuítas com os índios na escravidão. Por outro lado, faltava – lhes o respeito pela cultura indígena. Ao contrário, pensavam que os índios não eram gente como eles.

Os índios resistiram às várias formas de sujeição, pela guerra, pela fuga, pela recusa ao trabalho compulsório. Em termos comparativos, as populações indígenas tinham melhores condições de resistir do que os escravos africanos. Enquanto estes se viam diante de um território desconhecido onde eram implantados à força, os índios se encontravam em sua casa. (FAUSTO 1996, p28).

Entre conflitos e guerras, havia o respeito e continuidade de suas raízes e crenças. Até por que, para os índios, as guerras não eram sinônimos de poder e ganancia, eras mais voltadas a vingança da morte de seus antepassados. Eles entendiam que havia necessidade um dos outros para sua sobrevivência.

Para os colonizadores, a suposta desordem social, familiar, eram fatores cruciais para sua intervenção colonizadora e catequética. Essa tão dita aqui falta de entendimento da nova cultura indígena pelos colonizadores, leva os portugueses ao questionamento do funcionamento do sistema divisível e hierárquico dos índios – com coisa que tal sistema existisse em um povo furtado de tais olhares gananciosos e deploráveis como os portugueses – fazendo assim aos olhos dos europeus os índios

como uma civilização sem Fé, Lei e Rei; sem Fé por não seguir doutrinas já existentes no velho mundo, que no caso era o cristianismo, sem templos de adoração ou líderes religiosos que pudessem guiar seus fiéis; sem Lei por falta de ordem civil, e nem um sistema de trabalho; e sem Rei que os comandassem ou os submetessem as ordens do absolutismo. Mesmo tendo líderes nas tribos, os índios não eram obrigados a seguir tais ordens, não havia obrigatoriedade, mas sim um respeito e vontade própria dos índios em obedecerem às ordens dadas, e não impostas.

Eles chegaram, apropriaram das terras indígenas, tomaram suas mulheres, exigiram trabalho e se consideraram seus senhores naturais. Essa foi a atitude característica dos portugueses: como se julgassem superiores aos índios acreditavam que a nova terra lhe pertencia por direito. E, onde não foi possível impor esse direito pacificamente, não hesitaram em utilizar a violência. (KOSHIBA, 1945 p. 40)

Consequentemente, após o destaque para tais questões os estereótipos sobre os índios são desmistificados, pois cada dia sua participação é salientada de maneira que seja demonstrado como eles também fazem parte de nossa contemporaneidade, assim como podem e devem usufruir dos suportes tecnológicos dos não - índios. Vale salientar que a própria ritualística e comportamentos específicos de cada etnia também compunham os debates sobre eles, sendo consideradas suas diferenças em contrapontos da naturalização que por muitas décadas existiu de que “todo índio seria igual”.

No plano étnico-cultural, essa transfiguração se dá pela gestação de uma etnia nova, que foi unificando, na língua e nos costumes, os índios desengajados de seu viver gentílico, os negros trazidos de África, e os europeus aqui querenciados. Era o brasileiro que surgia, construído com os tijolos dessas matrizes à medida que elas iam sendo desfeitas. (RIBEIRO, 1995, p 30)

Podemos destacar autores como Maria Regina Celestino de Almeida, e Capistrano de Abreu que dão ênfase ao papel atuante do índio enquanto protagonistas de sua história, mostrando que ele não pode ser colocado de lado, na história do Brasil. A obra de Maria Regina Celestino de Almeida intitulada *Os índios na História do Brasil* (2010) nos mostra que a história indígena não pode ser posta de lado perante o desenvolvimento da história do Brasil visto que, a cada momento os índios estavam presentes no desenvolvimento da mesma. Seu povo não era homogêneo, e sim múltiplo, existiam várias etnias e culturas onde cada tribo tinha sua particularidade. O índio na historiografia brasileira antes da década de 1980 era posto como subordinado ao serviço

do colonizador, que tinha como objetivo trabalhar exaustivamente para ele, assim como ajudante nas batalhas contra seus inimigos em defesa do território nacional, mas nunca como protagonista que lutava para se manter na terra a qual por direito era sua.

Na visão de muitos historiadores os índios desapareceriam da história do Brasil, no momento que eles se misturavam com os colonizadores, fazendo assim com que eles perdessem sua cultura, e sua cultura se perdesse com o tempo. Como diz Almeida: “Por longo tempo, no pensamento antropológico, os índios integrados à colonização tornavam-se indivíduos aculturados e passivos que, juntos com a guerra, perdiam culturas, identidades étnicas e todas as possibilidades de resistência” (ALMEIDA, 2010, p. 14).

Esses pensamentos que faziam com que a imagem do índio fosse inferior ao do colonizador foram utilizados por muito tempo, mas como já foi colocado acima, as obras que trazem o índio ao lugar de destaque, nos mostram que no século XVI ao XIX o mesmo batalhou para manter sua cultura, sua religião. Até certo ponto se pensou que pelo motivo da catequização através do colonizador, os índios perderiam sua cultura e começavam a pertencer à cultura do colonizador, mais os novos estudos mostram que houve inúmeras resistências dos povos indígenas. Esses para assegurar a sua sobrevivência e em forma de resistir aos mandos coloniais, se aliavam por meios de casamentos, entre tribos diversas a fim de constituir e assegurar a sobrevivência. Junto disso, haviam também alianças entre as tribos e os portugueses. Essas alianças tinham como interesses combater os seus inimigos, tanto para o colonizador, quanto para o índio.

Entretanto, algumas modificações são realizadas quando da fundação do IHGB, como veremos na citação abaixo:

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a intenção de criar uma história do Brasil que unificasse a população do novo estado em torno de uma memória histórica comum e heroica, iria reservar aos índios um lugar muito especial: o passado. Nesta história, os índios apareciam na hora do confronto, como inimigos a serem combatidos ou como heróis que auxiliavam os portugueses. (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Até por que, o IHGB notoriamente tinha a pretensão de preservar a memória dos grandes homens do passado, esses colonizadores não apenas eram vistos como vencedores, mas seu estado de superioridade aos incivilizados justificava a preservação de sua memória, fato que pode ser comprovado através da produção de várias biografias

produzidas pelo IHGB com este propósito, as produções de Varnhagen mostram personagens portugueses da colonização como verdadeiros heróis nacionais, segundo Monteiro: “Na celebração dos feitos desses heróis estaria o mito fundador do Brasil” (MONTEIRO, 2016, p.49).

Com o intuito de formular a identidade nacional, o IHGB mostra-se como a “grande escola” historiográfica brasileira do século XIX, as produções geradas por aquele instituto servem de referência para os eruditos dos séculos seguintes, porém, apesar dessa “necessária” referência ao IHGB, notoriamente percebe-se a diminuição do destaque dado as produções do instituto nos anos subsequentes, especialmente no terço final do oitocentos, fato que pode ser explicado através do trabalho de intelectuais que percorrem a segunda metade do período, especialmente a transição do Império para a República. Um desses intelectuais de destaque em abordagens referenciais para o Brasil que fugiam da identidade formulada pelo IHGB foi o historiador etno-linguístico cearense Capistrano de Abreu.

O novo modelo deveria contrapor a “identidade” criada pelo IHGB, afinal, como a Europa que era vista como decadente poderia servir de modelo para o Brasil? E como poderia servir de parâmetro para a construção histórica da identidade nacional? Esses questionamentos apontados acima, apesar de bem simples e facilmente criado, traz uma problemática ainda maior; no qual é apontada na obra de Monteiro: “Mas como pensar um Brasil desvinculado de Portugal, se grande parte da intelectualidade local tinha uma mentalidade marcadamente europeia, assim como a elite brasileira servia como tal?” (MONTEIRO, 2016, p.104).

Portanto, o novo modelo intelectual em voga após a Proclamação da República tinha como característica a distanciamento do oficialismo, com o estabelecimento da nova ordem, no qual os políticos estavam à frente das representações executivas, a construção historiográfica passa a ser independente não atrelada ao estado, caso que diferia no Império o qual em muitos casos intelectuais estavam à frente de *representações* executivas provinciais, o que geraria uma produção histórica mais autônoma, caso de José Capistrano de Abreu o qual nesse momento passa a ser pontuado no presente.

Nota-se que mesmo que lembrados pelo IHGB, os índios foram colocados em segundo plano, sendo os portugueses como atores principais, esquecendo-se dos nativos ou os colocando como expressão de barbárie. Contudo, temos que mencionar as resistências que os índios exerceram contra os colonizadores naquele instante e com o

passar dos anos. As lutas travadas pelos índios desde os tempos primórdios do território, hoje conhecido como Brasil, não tiveram fim, em pleno século XX e XXI é visto a luta de um povo que busca o reconhecimento por uma terra a qual sempre batalharam para exercer o poder pela as mesmas.

Mesmo através dos conflitos, catequizações exercidas pelos colonizadores desde a sua chegada, os índios resistiram e resistem até nossos tempos. Para um povo que iria desaparecer como alguns estudiosos dizia: pelo fado de que o índio passaria pelo processo de aculturação iria desaparecer, vemos através de obras como a da Maria Regina Celestino de Almeida, com o título: *Os Índios na História do Brasil* (2010), que os mesmos não desapareceram, mas sim, estão ganhando destaque na história do Brasil.

Índia wapixana, Joênia foi a primeira indígena a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. Acontecimento histórico, nas palavras da própria Joênia, que nos convida a refletir sobre a história dos índios em nosso país. Sem entrar no mérito da questão, cabe assinalar a atuação de Joênia que, formada em direito, atuou como defensora de seu próprio grupo. Participou do ritual do julgamento com a toga que a função exige e com o rosto pintado conforme as tradições de seu povo. Com coragem e determinação, defendeu os direitos dos índios, que acabaram ganhando a causa. (ALMEIDA, 2010, p. 17).

Ainda havendo aculturação, não houve o desaparecimento da cultura de origem. Podemos perceber que com o passar dos tempos se pensou que o índio desapareceria através do processo de aculturação implantado pelo colonizador, com a catequização, com o uso da força, mesmo assim, o índio ainda permanece fazendo parte da história como hoje não está mais sendo colocado em segundo plano, como o índio inimigo, mas sim, hoje está ganhando destaque através das novas obras que estão quebrando as ideias que foram operadas pelos nativos nas primeiras construções sobre as suas representações. Sobre o processo de aculturação e o possível desaparecimento dos índios da história do Brasil, Maria Celestino de Almeida (2010) afirma:

Como se explica terem desaparecido da História do Brasil? Em grande parte, parece-me, devido a história acima apontada e predominantemente por muito tempo, entre antropólogos e historiadores. Trata-se da ideia segundo a qual os índios integrados à colonização iniciavam um processo de aculturação, isto é, de mudanças culturais progressivas que conduziam a assimilação e consequentemente à perda da identidade étnica” (ALMEIDA P.14, 2010)

Ou seja, a interação entre nativos e os europeus gradativamente na visão acima empregada a partir das visões do colonizador, faziam com que a cultura nativa, por

consequente ao passar do tempo sofresse tamanhas alterações ao ponto de desaparecer em dado momento. Essa visão de desaparecimento, na construção identitária brasileira não atinge apenas os nativos, mas também os negros aqui chegados a partir da prática da escravidão.

Por fim, vimos, que as dificuldades e adversidades dos povos indígenas nessa nova “visão” de entendimento do não entendido antes, tende a criar uma nova concepção de civilidade e religiosidade de povos não cristianizados. Compreendemos que, a falta de uma catequização verdadeira, voltada aos preceitos doutrinários da religiosidade católica fez com que tanto os povos nativos como os colonizadores cristãos tivessem uma enorme dificuldade de aceitação do novo, um novo de ambas as partes. Partes essas que no percurso de ensino religioso, tiveram percas e perdas mais que significativas ações irreversíveis até hoje.

Uma imagem construída, projetada e instalada no descobrimento do Novo Mundo. Imagem essa que para Barcellos (1996) “no início da chegada dos desbravadores de terras até então desconhecidas e não civilizadas. Foi essa dita imagem de escolhidos de Deus, que os colonizadores tentaram impor suas doutrinas da cristandade aos povos indígenas já doutrinados em suas raízes religiosas tão existentes e mais antigas que a dos novos habitantes”. Os Povos indígenas sumiram da história por consequência o encontro das sociedades do Antigo Mundo e do Novo Mundo. Esse massacre foi fruto de um processo complicado que cujos atuantes ativos foram os homens e motivados por ganância e ambição, e dos modos de expansão cultural.

Como ocorreu esse processo? Trocando ferramentas, madeira (pau-brasil) também tintura para tecidos, com o primeiro governo geral do Brasil, a Colônia se instala com relações tendenciosas que, principalmente do lado europeu, abrangiam seus colonos, parte governo e os catequizadores, nutrindo entre eles, uma complicada relação de confusão e de desordem. Assim, não havia mais o interesse de uma parceria, mas sim de um contrato de trabalho, o fornecimento da mão de obra que os colonos desejavam ter agora com os índios. Portanto, a Coroa trazia seus próprios interesses, ardilosos, e acima de tudo: desejavam com certeza de ver progredir a Colônia. Para isso, necessitavam de aliados como os índios em suas lutas diante os invasores franceses, holandeses e espanhóis⁹.

⁹ BARCELLOS (1996)

A chegada dos colonizadores, liderados pelos europeus, não somente trouxeram seus modos de vida, suas culturas, suas doutrinas e seus comércios como também trouxeram suas ganancias, elementos que alteraram o ritmo da vida e resultou na destruição de inúmeras etnias indígenas no Brasil, assim como alterou o comportamento e obrigou a muitos indígenas a se converterem a religião cristã por acreditarem que seriam ou estavam sendo “salvos”. Ao longo da revisão da literatura produzida sobre o assunto, constatamos que os europeus; em especial, os portugueses; tentaram implementar uma releitura da civilização europeia no Novo Mundo, afinal, segundo Todorov (2003) a alteridade foi determinante para o estranhamento e imposição cultural do europeu sobre o autóctone. Todas as mudanças que foram realizadas através de uma extensão cultural que fortaleceu o império português, permitindo a abertura de espaços em fronteiras além-mar para que a expansão do domínio europeu adentrasse em terras tupiniquins, como podemos observar na citação abaixo:

Séculos se abateriam sobre essas terras e esses povos, como profética catástrofe trazendo a aniquilação de culturas, civilizações e sociedades inteiramente. De Norte a Sul, todo o continente seria sacudido pelo frenesi das guerras e massacres, da escravidão, da opressão e da morte. Sua natureza seria desde então desfigurada, campos e vales transformados em desertos, rios e regatos iriam converter – se em esgotos e dejetos nocivos à vida. (BARCELLOS, 1996 [1947], p. 45)

Portando o símbolo da cristandade, os catequizadores com seus crucifixos, começam a pôr em prática seus planos cristãos de civilidade religiosa no novo mundo. Após 1500 anos, uma nova era cristã tende a ser debulhada em uma cultura tão diferente. Agora, não somente para enriquecimento do reino de Deus, mas também pelo engrandecimento do reinado europeu. Os europeus em geral, estavam imbuídos da crença de que lhe cabia à missão de divulgar o evangelho e a fé cristã a todos os povos do mundo, mesmo que para tanto fosse necessário o emprego da força, da violência e das armas. Sentiam – se donos e senhores do mundo, e onde quer que cheguem, fosse à América, Ásia ou na África, agiam como se fossem os senhores daquelas terras, de seus povos e das suas riquezas.

“As violências perpetradas pelos conquistadores rapidamente transformaram os gentis e amáveis anfitriões. Indignados, os indígenas reagiram, demonstrando seu ímpeto guerreiro. Não poucas vezes, ocorreram surpreendentes vitórias dos indígenas frente aos invasores, defendendo seus territórios, suas vidas e sua autonomia. (Barcellos, 1996 [1947]. P. 48).

Aos olhos dos jesuítas, a catequização era mais que necessária. Entendia – se a que deveriam dar cultura, civilidade a esse novo povo de base arcaica perdida no tempo vigente. É nessa linha de pensamento que os colonizadores cristãos, tendem a focar no trabalho de cristianização dos povos indígenas dando continuidade à obra de Deus em ser pregado por toda criatura, mesmo que seja de livre aceitação ou imposição.

A universalidade deste orbe se viu ameaçada com a descoberta de regiões enormes, brutas, selvagens, naturais, cujas populações não falavam línguas cristãs, não conheciam a Deus, em tudo destoando os fiéis. Afrontavam – se a verdade! Era preciso que se dominassem as forças adversas, sob o julgo do espírito do mal, e se lhes anunciassem a salvação... havia urgência de anunciar a palavra da salvação, para que, crendo, fossem batizados e ingressassem no mundo verdadeiro, e não crendo, fossem castigados e escravizados. (PAIVA, 1982. P. 23)

Todos os meios de conversão dos povos novos eram válidos para os fins de crescimento do reino de Deus. O papel do colonizador era de batizar as “almas perdidas” – partindo do princípio cristão do século XVI –, quaisquer eventualidades que pudessem ocorrer posteriormente ao fato consumado da participação dos sujeitos enquanto cristãos seriam uma questão inteiramente individual e não coletiva, ou seja, depois do batismo o indivíduo responderia por si mesmo, pelos seus atos de se manter ou não no caminho da salvação.

Um ponto a ser visto, é que os jesuítas colonizadores da fé cristã, não se impunham a um só novo modo de cultura religiosa, como também estabeleceram uma nova ordem vigente de doutrinação administrativa, vinda de uma sociedade imperial, a uma sociedade livre e desprendida de qualquer meio ligado a regras e preceitos preestabelecidos. A falta de sensibilidade dos colonizadores no processo de doutrinação religiosa mediante a imposição severa de sua fé a cultura indígena, teve papel fundamental na dificuldade e na resistência por parte dos indígenas na aceitação da nova religião. No imaginário dos colonizadores, eles mal sabiam o que iriam encontrar ao cruzar os mares. Em uma época voltada a dar - se ouvidos as falácias do que poderia acontecer com aqueles que ousassem cruzar o oceano, foi deixado de lado no desejo de enumerar suas riquezas em todos os aspectos, para que assim houvesse a extensão da colônia portuguesa.

É sabido que os portugueses entendiam e viam o Brasil – ainda não chamado por esse nome - como terra inabitada, que caíra no esquecimento divino, porém resguardada

para seus descobridores: os europeus. Porém, esse paraíso já teria sido descoberto, ou nem precisaria de tal descoberta já que existia habitantes nele, mas para os colonizadores era necessária a implantação da dita civilidade colonizadora, que era tratada pelos colonizadores como crescimento e ampliação do reinado europeu – mais que o de Cristo - nas novas terras.

Segundo o padre Simão de Vasconcellos, citado por Laura de Mello (2009), “a atenção divina, se voltou primeiramente para Europa, Ásia e África: lá colocou o homem, o paraíso terrestre, os patriarcas. A outra parte do mundo – não menos aprazível – deixou – a sem paraíso, sem patriarcas, sem presença divina, luz da fé e salvação durante 6691 anos”. Assim podemos entender que na visão dos colonizadores, eles eram os portadores da civilidade cristã, os responsáveis pela colonização política e social, e por que não dizer – que de fato aconteceu – a domesticação e escravidão dos povos indígenas. Os ditos escolhidos por Deus para recolher mais ovelhas ao seu reino. Para os colonizadores, as terras recém-descobertas, tinham uma espécie de toque paradisíaco, mesmo habitada por bárbaros selvagens sem nenhum tipo de cultura social e religiosa. Como diz Souza: “Os cosmográficos quatrocentistas julgavam que as novas terras seriam habitadas por monstros, mas Colombo nelas encontrou apenas homens selvagens – para sua admiração, homens bem feitos e bem constituídos, de caráter ineludivelmente humano”. (SOUZA, 2009, p 76).

De uns tempos para cá, alguns trabalhos foram apresentados ressaltando o papel do índio na história do Brasil, fazendo com que o mesmo venha ter um papel de destaque na história. Até por que, antes da desastrosa chegada europeia, os povos indígenas viviam em harmonia e respeito com suas crenças e raízes culturais. Obras publicadas anteriormente colocavam a imagem do índio, como sendo uma “raça” inferior, que foi aniquilada por povos vindos de outros continentes e com o contato com esses povos, suas culturas, pois a história do índio foi sustentada por muito tempo, como sendo uma população homogênea, portanto, desconsiderando as especificidades de cada etnia. “Vista sob essa luz, a nossa realidade se retrata em seus traços mais gerais, resultando num discurso explicativo útil para fins teóricos e comparativos, mas insuficiente para dar conta da causalidade da nossa história”. (RIBEIRO, 1995, p 14)

O esclarecimento fora oferecido por séculos de história ampla demais. Com respostas, essencialmente comuns, dando delicados rascunhos do nosso processo histórico. Podendo ter como base os textos clássicos, com que se trabalhava essa temática. Com conceitos mais aceitáveis e mais esclarecedores do que os disponíveis,

por meio de suposições e de novos períodos tecnológicas dentro da história, de novos conceitos de civilização e de novas concepções socioculturais.

A sociedade brasileira arcou com o ônus histórico, um preço enormemente alto em conflitos sangrentos em nossa história, não tendo como se desligar das situações em que vive de uma dependência e opressão. Nessas lutas, povos indígenas foram extintos e negros foram assassinados aos milhões, sempre derrotados e inseridos nos meios de escravidão.

Ao contrário do que alega a historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história. O que faltou, sempre, foi espaço para movimentos sociais capazes de promover sua reversão. (RIBEIRO 1996, p 26).

A história do índio era colocada como homogênea, devido os antigos trabalhos apresentados, não se davam importância à história indígena, eram deixados de lado, dando importância exclusivamente à história do colonizador, no qual se destaca mais, o português, mais vale salientar que não apenas houve o português, mas também os franceses, holandeses e italianos. A história sempre colocou os índios como povos que fizeram alianças com o colonizador e que foram ingênuos perante o mesmo, devido a sua forma de viver e de trocar suas mercadorias pelas as mercadorias do colonizador. Através das novas obras que estão sendo publicada, essa imagem do índio inferior, fraco está sendo desmistificadas, por conter nessas novas fontes e dados que mostram o índio como protagonista com o colonizador dada as proporções da colonização. Nessas novas obras o índio é tratado como partícipe na história do Brasil, que combateu ao lado do colonizador, assim também como quem lutou contra ele.

Especialmente após a década de 1980 com a virada na historiografia no Brasil, novas abordagens metodológicas adentram o espaço da produção acadêmica de maneira que inúmeras possibilidades de fontes e correntes teóricas passam a integrar o *corpus* de produção dos historiadores.

Assim como observamos que novos sujeitos – por muitos tempos marginalizados – passam a integrar as pesquisas, como a título de exemplo, os índios, os afro-brasileiros, as mulheres e as zonas territorialmente marginalizadas na nação, como o norte e o nordeste. Todavia, consideramos que a atuação do Movimento Indígena e o Movimento Negro na América Latina foram determinantes para que tais discussões adentrassem o âmbito acadêmico, o militante e o político, quando algumas medidas

assistencialistas são implementadas pelo governo federal enquanto mecanismos de reparação histórica para as dadas comunidades, isto no caso brasileiro, em especial.

Em menor escala, ao longo dos anos 1980, a historiografia brasileira também se inspirava na tradição da escola dos *Annales*, apoiando-se em uma vertente econômico-social e balizada pelos marcos temporais da estrutura e da conjuntura, de inspiração braudeliana, que delimitavam a longa e a média duração. Essa orientação, contudo, apresentava-se mais difusa, diante do predomínio e do prestígio da postura marxista dentro da academia. O materialismo histórico não só era entendido como o mais adequado e completo para dar conta das realidades nacional e internacional, como também vinha armado de um aparato teórico definido e coerente, estabelecendo uma clara distância frente à postura dos *Annales*, que aparecia como carente de um referencial teórico preciso. (PESAVENTO, 2010, p 6).

Mesmo havendo aculturação, não houve o desaparecimento da cultura de origem. Podemos perceber que com o passar dos tempos se pensou que o índio desapareceria através do processo de aculturação implantado pelo colonizador, com a catequização, com o uso da força, mesmo assim, o índio ainda permanece fazendo parte da história como hoje não está mais sendo colocado como segundo plano, como o índio inimigo, mais sim, hoje está ganhando destaque através das novas obras que estão quebrando os antigos mitos inventados para a imagem dele. Sobre o processo de aculturação e o possível desaparecimento dos índios da história do Brasil, Maria Celestino de Almeida (2010) afirma:

Ou seja, a interação entre nativos e os europeus gradativamente na visão acima empregada a partir das visões do colonizador, faziam com que a cultura nativa, por conseguinte ao passar do tempo sofresse tamanhas alterações ao ponto de desaparecer em dado momento. Essa visão de desaparecimento, na construção identitária brasileira não atinge apenas os nativos, mas também os negros aqui chegados a partir da prática da escravidão.

Por fim, vimos, que as dificuldades e adversidades dos povos indígenas nessa nova “visão” de entendimento do não entendido antes, tende a criar uma nova concepção de civilidade e religiosidade de povos não cristianizados. Compreendemos que, a falta de uma catequização voltada aos preceitos doutrinários da religiosidade católica fez com que tanto os povos nativos como os colonizadores cristãos tivessem uma enorme dificuldade de aceitação do novo, um novo de ambas as partes. Partes essas que no percurso de ensino religioso, tiveram percas e perdas mais que significativas ações irreversíveis até hoje.

CAPÍTULO II: UMA HISTÓRIA, UMA ANÁLISE, UM ESQUECIMENTO.

Nesse segundo capítulo será dedicado ao levantamento, leitura, análise e sistematização das bibliografias, cujos autores poderiam contribuir com relação a produção historiográfica sobre a temática indígena, iniciando por Manuela Carneiro da Cunha, uma antropóloga luso-brasileira, que explica que as sociedades indígenas elaboram, a sua maneira, formas diferentes de compreender as relações históricas com os “brancos” e resignificam a partir de suas cosmovisões o contato com os não indígenas, reivindicando para si o papel de sujeitos e protagonistas no processo. Para Carneiro da Cunha (1992), durante muito tempo imperou no Brasil a noção de que os indígenas foram vítimas históricas de um sistema mundial, ao que acrescenta:

A contraposição dessa visão euro centrista da história, que trata os povos indígenas como periféricos na produção da historiografia oficial, é a afirmação de que os povos indígenas são agentes de suas histórias e não vítimas, pois interferem, participam, decidem a partir de uma consciência histórica, de maneira que cada povo indígena significa o contato e o “homem branco” a partir das cosmologias e histórias indígenas, ou seja, a partir da ação e da vontade indígena no fazer história. (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 18).

Mantendo um contato interdisciplinar, outra obra que serviu de aparato para esta pesquisa e para compreensão do termo cultura, foi Roque de Barros Laraia, com o livro: “Um Conceito Antropológico” (1998) devido a sua familiaridade com culturas diversas, principalmente por seu contato com os grupos indígenas que estudou. A obra é dividida em duas partes: a primeira aborda os antecedentes históricos e o desenvolvimento do conceito de cultura e finaliza com uma citação de Geertz, que sinaliza que o grande número de definições contribuiu mais para a confusão do conceito do que para o seu esclarecimento, sendo necessário atualmente à antropologia delimitar e reconstruir o conceito para transformá-lo num instrumento teórico mais eficiente. Na segunda parte, Laraia inicia discorrendo como a cultura condiciona a cosmovisão do homem em sociedade, segundo as considerações do autor “o sistema cultural está sempre em mudança” (p.101) e o entendimento desse processo dinâmico é importante para amenizar o choque entre gerações e os preconceitos dentro de um mesmo sistema ou fora dele.

A aproximação das ciências humanas como a Arqueologia, a Antropologia e a sociologia e no que se refere o objeto de pesquisa: a história, com as novas teorias e conceitos, procede, em sua maior parte, desses movimentos que contribuem para uma configuração da nova história cultural dos nativos entre os intelectuais. Os velhos entendimentos que colaboraram para excluir dos nativos da história.

Ainda, serviu-me como referência o artigo de João Pacheco de Oliveira, publicado na Revista de Antropologia do Museu Nacional intitulado “Etnologia dos Índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos coloniais” (1998). Tal artigo aborda a questão dos grupos indígenas do nordeste brasileiro, analisando como essas populações eram consideradas integradas a sociedade nacional e “já misturadas”, e “as perdas e ausências culturais” e “distintividade cultural” que abririam novas possibilidades para a investigação antropológica e histórica, sobre grupos que foram considerados extintos.

Para fins comparativos, também foi útil a leitura da dissertação de Cesar Augusto Doriguello Junior, intitulada: “Os indígenas nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro” (1838-1873), que me permitiu a reflexão sobre como essa prática historiográfica foi influenciada pelo lugar social de quem compunha o IHGB, interpretando os índios como sendo povos fadados ao desaparecimento, cuja participação na história brasileira se restringia apenas as páginas iniciais. Esse pensamento de que os povos indígenas surgiram do nada, não pertencem a lugar nenhum e nem ao que habitavam, e que precisariam de uma domesticação, foge totalmente do conceito de que uma nação tenha tantos traços indígenas em sua essência.

Intelectuais e político apagavam, através de seus discursos, inúmeras identidades indígenas de grupos que, embora ainda muitos presentes no novo Estado, deviam desaparecer enquanto etnias diferenciadas, conforme os ideais políticos vigentes. Predominou, então, entre as elites intelectuais e políticas uma cultura histórica que valorizava alguns índios no passado, enquanto desconsiderava os grupos coevos presentes e atuantes nas sociedades nas quais se inseriam. Isso teve significativa sobre nossa historiografia e sobre o ensino da história do Brasil, na qual os índios, tradicionais, têm ocupado lugar irrelevante. (CELESTINO, 2009. P. 33).

Antropólogos e Historiadores começam a repensar seus conceitos e teorias acerca das populações indígenas e sua relação com a sociedade, abrindo assim novas visões a história indígena, e sua participação nas histórias regionalista, levando assim, ao entendimento – de forma mais tardia – da participação da construção histórica nacional que está inserido no ensino de história.

João Pacheco de Oliveira nos diz que os surgimentos desses movimentos não apareceram do nada, foram esquecidos das páginas escritas pelos intelectuais no caminho histórico de seu tempo, deixando de ouvi-las e entendê-las, deixando assim de incluir uma pluralidade étnica na nação. Do ponto de vista da história, nos séculos XIX e XX, percebemos um processo de inclusão e exclusão dos índios como sujeitos da história, processo esse que não é praticado exclusivamente no Brasil, mas sim, em toda nação que teve participação dos nativos na construção historiográfica de sua nação. Aqueles povos indígenas, que antes estavam não só esquecidos na história, mas também na linha da extinção, tornam voltar, tendo sua identidade reativada, e assim refazendo sua própria história nas páginas históricas.

Embora as especificidades locais que não nos deixam generalizar circunstâncias que no âmbito das Américas espanholas e portuguesas, nem nos Estados nacionais delas resultantes, algumas particularidades gerais com o conceito a estes processos de dissipação e reaparecimento dos índios nas histórias de inúmeras regiões do continente americano podem ser identificadas. Nessa definição, o enfoque comparativo com outras regiões das Américas, donde os estudos sobre essa inserção dos índios nas sociedades coloniais são muito mais avançados, expõe-se como possível e desenvolvimento para uma concepção mais ampla do tema.

Nota-se que, chegando os índios no século XIX, eles continuaram regularizando suas ações em defesa de suas terras e aldeias combinadas à cultura política estabelecida ao longo do processo dos três séculos entre disputas e negociações baseadas na legislação, que lhe davam condição caracterizada dos demais membros do rei, com direitos e obrigações particulares. Conservar essa altivez era crucial para garantir as terras coletivas e a vida comunitária dos nativos nos oitocentos. Assim, como diz Max Weber(1994)¹⁰, a ação política provoca apropriadas leituras sobre o passado, permitindo identificar um novo acordo histórico próprio dos índios, arquitetada também em sua caminhada de luta.

A construção da homogeneidade das populações dos novos Estados americanos deve ser vista como “a tendência histórica e processual de eliminar ao ignorar diferenças culturais e étnicas, fenotípicas etc. de um grupo humano, de forma tal que o mesmo seja percebido ou se auto perceba como partícipe de uma unidade etnocultural e referencial”. (QUIJADA apud CELESTINO, 2009. P. 112)

¹⁰ WEBER, Max. *Economia e sociedade* (1994)

Ao longo desse processo de prática de políticas voltadas aos povos indígenas na formação dos Estados nacionais seguia-se de inúmeros questionamentos intelectuais, de políticas sobre como incluir os nativos ao novo plano de criação política dos novos Estados tendo assim, um projeto de novas ideologias. Ao procedimento de homogeneização das sociedades americanas teve o auxílio precioso dos intelectuais que compunham os novos Estados, especialmente daqueles estudos históricos e etnográficos, culpados por erguer uma memória histórica nacional que aprofundassem os diversos grupos étnicos em torno de uma origem comum. Assim, para analisar a historiografia indígena, e revisa-la, como objeto de estudo, mais precisamente a literatura produzida de 1970 a 2010, necessita-se olhar para os autores que serão nosso “apoio”.

O modo de ver os grupos indígenas se modifica a partir do desenvolvimento do campo da História e do diálogo com a Antropologia. Para a mudança na concepção da História foi essencial à ampliação do conceito de cultura. Isso ocorre com a consolidação da Nova História Cultural. A cultura sempre foi objeto de estudo dos historiadores, entretanto, essa produção é ampliada a partir da metade do século XX, com a expansão do termo cultura, onde os atos cotidianos passam também a ser objetos de estudos. Como Barros (2010:57) vai afirmar: “Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura”.

Nessa pesquisa falaremos da Cultura de dois povos distintos e para melhor compreensão do conceito de Cultura, utilizaremos uma obra do autor Clifford Geertz, onde ele fala sobre “um tratado de teoria cultural desenvolvida através de uma série de análises concretas” (2008, p.02) que nos é apresentado historicamente, as diversas definições que o termo cultura sofreu e toma o seguinte posicionamento:

(...) assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.

(...) a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível. Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade. (GEERTZ 2008 p.4-10)

Para identificar o olhar do colonizador sobre a cultura indígena é primordial entender a contínua mudança de conceitos que o termo cultura recebeu, devido ao

desenvolvimento das diferentes sociedades e de suas variadas concepções desse conceito. O entendimento do termo cultura é imprescindível para entender o encontro entre as culturas envolvidas, os portugueses e os nativos indígenas, para compreender o resultado de um diálogo entre a cultura dos nativos, e também os obstáculos que ocorreram no decurso deste encontro. Segundo Roque de Barros Laraia: “O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam”. (LARAIA, 2001, p. 44)

Refletir sobre isso é necessário para melhor entender a vivência dos portugueses no Brasil e todo o processo de aprendizado por estarem vivendo no coletivo, sendo tão diferentes culturalmente.

Vale salientar que uma produção textual só existe se houver leitores que lhe atribuam sentidos e novas interpretações, portanto, quem lê cria quadros múltiplos de explicação a partir de seus lugares e experiências, mas também subverte e, não se sujeitam passivamente às intenções do autor. Como nos lembra Certeau, numa passagem do livro *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*:

Longe de serem escritores, fundadores de um lugar próprio, herdeiros dos lavradores de antanho – mas, sobre o solo da linguagem, cavadores de poços e construtores de casas -, os leitores são viajantes: eles circulam sobre as terras de outrem, caçam, furtivamente, como nômades através de campos que não escreveram, arbatam os bens do Egito para com eles se regalar. A escrita acumula, estoca, resiste ao tempo pelo estabelecimento de um lugar, e multiplica a sua produção pelo expansionismo da reprodução. A leitura não se protege contra o desgaste do tempo (nós nos esquecemos e nós a esquecemos); ela pouco ou nada conserva de suas aquisições, e cada lugar por onde ela passa é a repetição do paraíso. (CERTEAU, 2008. p. 66.)

A História dos indígenas, como comumente é divulgada, especialmente nos livros didáticos, começa com a chegada do colonizador. Os nativos aparecem na História somente a partir desse contato, sendo retratados quase sempre em situação de inferioridade. A partir da imagem difundida sobre os povos primitivos é possível pensar na representação feita sobre eles, identificando a presença deles em nossa sociedade e a maneira como essa os representa.

As representações são também portadores do simbólico, ou seja, dizem mais do que aquilo que mostram ou enunciam, carregam sentidos ocultos, que, construídos social e historicamente, se internalizam no inconsciente coletivo e se apresentam como naturais, dispensando reflexão. (PESAVENTO, 2001. P.41)

Do mesmo modo, importantes são as observações de Roger Chartier sobre “representação”: Segundo o próprio autor:

As representações do mundo sociais assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (...) As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988)

O Brasil, na visão dos descobridores, era ocupado por um grupo de nativos ingênuos, nus, sem religião, lei ou ordem. A carta de Pero Vaz de Caminha constitui a primeira materialização das representações sociais sobre os índios:

A feição deles é a de serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto (CAMINHA, 1500/1997. p. 14).

Desse modo, a partir do conceito de representação, iremos demonstrar como as representações do indígena são relevantes para entendermos como, apesar das ressignificações e mudanças, concepções do passado continuam presentes na sociedade brasileira, veiculando preconceitos contra o índio.

Nesse sentido, os livros de história podem ser vistos como o resultado do “esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1992, p. 548). Para Pierre Nora, a memória é fenômeno sempre atual, como “um elo vivido no eterno presente” (1993, p.09) que alimenta e reconstrói a história. Já a história, enquanto “representação incompleta e problemática do passado” (1993, p.09), é rememorada segundo as necessidades presentes de cada sociedade. Assim, são os sujeitos do presente que determinam que trechos do passado querem destacar, silenciar, e /ou modificar. Dessa forma, o que a historiografia a respeito dos índios tem feito esse destaque e esse silenciamento, e o mais importante: Como, tais produções historiográficas influenciaram o que chega até a população, sobre tais representações?

Concepções depreciativas dos nativos são reforçadas pelas atividades pedagógicas realizadas no Dia do Índio. Mesmo existindo controvérsia sobre a

importância desse dia, este é um dos poucos momentos onde a maioria da população brasileira é lembrada da existência dos Povos Indígenas, sobretudo devido às atividades escolares realizadas nesse período. Porém, grande parte das instituições escolares não faz desse dia um momento significativo, retratando-os sob o signo do exótico, reforçando imagens pejorativas, estigmas e preconceitos contra os indígenas, sem utilizar o momento para promover debates sobre as questões a respeito da história, seus direitos constitucionais, etc. Se aponta uma renovação na Historiografia, por meio das obras que analisaremos, porque isso continua a ocorrer?

“O estudo histórico das representações dos índios propostas em textos de jesuítas europeus que viveram no Brasil ao longo do século XVI permite acompanhar o dinamismo de construção do conhecimento de identidades humanas diversas, a partir das categorias conceituais disponíveis na cultura ocidental da época”. (TODOROV, 1989; MAZZOLENI 1992).

Todorov (1999) mostra que o colonizador extermina, aniquila e exprime as relações entre colonizador e colonizado, entre o eu e o “outro” da seguinte maneira. É com propósitos de promover o diálogo sobre as questões e alteridade na época presente que Todorov defende sua tese sobre o “desconhecimento” encontrado no novo mundo pelos europeus, ao escrever sobre chegada à América e sua colonização. Assim, também, os europeus eram entendidos da existência da China, África, e da Índia, não tendo por eles um encontro às cegas, pelo contrário ao que ocorrera em relação aos povos indígenas mesoamericanos, aonde a surpresa foi completa. Todorov usa um conjunto documental que fora deixado pelos colonizadores e pelos missionários europeus, dentre elas, cartas e diários. Porém, sua análise tende a ser mais de um linguista e não de um historiador, alguém que analisa as formas discursivas, a partir do olhar europeu e suas omissões com os nativos. Aliás, a metodologia de Todorov tende a um sistema linguístico, que aproxima de um etnólogo, aonde busca a compreensão em sua completude, tais ligações mentais formados e orgânicos tanto dos nativos, como dos europeus.

Primeiramente, um julgamento de valor (um plano axiológico); o outro é bom ou mau, gosto dele ou não gosto dele, ou, como se dizia na época, me é igual ou me é inferior (pois, evidentemente, na maior parte do tempo, sou bom e tenho autoestima...). Há, em segundo lugar, a ação de aproximação ou distanciamento em relação ao outro: adoto os valores do outro, identifico-me a ele; ou então assimilo o outro, impondo-lhe minha própria imagem; então a submissão ao outro, há ainda um terceiro termo, que é a

neutralidade, ou indiferença. Em terceiro lugar, conheço ou ignoro a identidade do outro (seria o plano epistêmico); aqui não há, evidentemente, nenhum absoluto, mas uma gradação infinita entre os estados de conhecimento inferiores e superiores. TODOROV (1999, p. 223).

Entrelaçaremos o conceito de alteridade cultural e identidade visto que, como aponta Luciano:

Ora, identidade implica a alteridade, assim como a alteridade pressupõe diversidade de identidades, pois é na interação com o outro não idêntico que a identidade se constitui. O reconhecimento das diferenças individuais e coletivas é condição de cidadania quando as identidades diversas são reconhecidas como direitos civis e políticos, conseqüentemente absorvidos pelos sistemas políticos e jurídicos no âmbito do Estado Nacional. (LUCIANO, 2006, p.49)

Entrando na discussão “Identidade” a partir do livro *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*, chamamos a atenção para a maneira como olhamos para as identidades do “outro”, e ao problematizá-las podemos ir além da contemplação da diversidade.

O leitor deve indagar que relação pode ter em si a temática indígena com os Estudos Culturais? A resposta a essa indagação pode-se basear em duas características desse campo: uma refere-se à sua articulação com outros campos de saberes, pois o campo dos EC não se define como uma “lógica” de ver a realidade, mas como campo de múltiplos saberes, apresentando-se com um caráter processual e não definitivo. A outra característica refere-se à chamada “centralidade da cultura”. (HALL, 1997).

Os pensadores do campo da História Cultural defendem que a cultura deve ser pensada como uma atividade por meio da qual não apenas se reproduz, mas também se faz história. Hall (2003) afirma que é necessário analisar de onde se estabelecem os discursos, pois estamos “eticamente situados”, já que todos falam a partir de um lugar. E, ao relacionarmos com os povos indígenas, acabamos tendo nossa cultura como referencial, e aí aparece a estranheza. A respeito dessa estranheza, trabalhamos com Aracy Lopes da Silva (1988, p. 8) ao falar sobre o colonizador: “considerar a sua própria visão das coisas como a mais correta; como aquilo que é realmente 'humano', 'civilizado', 'normal', 'natural’”.

Todos esses elementos, embora resumidamente aqui expostos, possibilitaram a compreensão das práticas culturais dos povos indígenas e propor novas formas de escrever a história. Para além dos objetos de investigação que só se tornaram possíveis

de serem estudados a partir da ampliação do campo da História, é necessário ainda analisar e se debruçar sobre como as opções metodológicas que contribuem para a ampliação do debate sobre a História Indígena.

2.1. LEI 11/645/08 E O LIVRO DIDÁTICO.

A Lei 11.645/2008 altera a Lei 9.394/1996, estabelecendo as diretrizes e bases da educação nacional, incluindo no currículo da rede de educação nacional de ensino a obrigatoriedade da disciplina de “História e cultura afro-brasileira e indígena”. Isso insinua a necessidade de aproximar-se a temática em assuntos no ensino da educação básica, tanto no ensino fundamental como no médio. De início, os direitos dos povos indígenas as suas terras, ainda desrespeitado, existe na lei desde a Carta Regia de 30 de julho 1609. Em Abril de 1680, assegura que “os índios são primários e naturais senhores de suas terras”. Quanto a Constituição de 1824, é acatada o direito indígena não podendo ser vendida as suas terras. Posteriormente todas as demais Constituições mantiveram e cresceram esses direitos, a exemplo a Lei 11.645/08.

“Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

A lei 11.645 de 10 de Março de 2010, que altera a lei 9.394/96 trata da obrigatoriedade de ensino em níveis fundamental e médio da história e cultura afro-brasileira e indígena, tratando da história dos grupos étnicos que formam a sociedade

brasileira, no que se refere à cultura indígena a lei institui “a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro o índio na formação da sociedade nacional” principalmente ao que se refere as áreas de educação artística e literatura.

No que se refere ao ensino, quando se toma por parâmetro a principal ferramenta norteadora do ensino, que é o livro didático, temos dualidades nas representações nativas. Entendemos que a instituição da Lei 11.645/2010 propiciou o crescimento e o alargamento das discussões com relação ao nativo brasileiro, tanto nas esferas de ensino fundamental e médio, como nas pesquisas desenvolvidas em nível de ensino superior, mestrado e doutorado. Auxiliadas também com a guinada historiográfica a partir da possibilidade de alargamento do uso das fontes proporcionadas pela História Cultural.

Contudo, no que se refere ao ensino fundamental principalmente, ainda é comum a difusão da ideia que o índio está apenas ocupando o espaço das “matas” e florestas, ainda identificamos, no dia do índio comemorado no dia 19 de abril, crianças que reproduzem os penachos na cabeça e a alusão às pinturas corporais indígenas. É necessário, a partir da lei ainda que passados nove anos de sua instituição, que a interpretação da representação nativa mude. Que a sociedade entenda que o índio pode habitar diversos espaços como as escolas, as universidades, que o índio pode utilizar a tecnologia, e que também pode integrar as esferas de poder como o caso da primeira deputada indígena eleita nos pleitos do ano de 2018.

Tomamos por parâmetro dois livros didáticos referentes ao 7º ano do ensino fundamental, o primeiro da Editora Saraiva do ano de 2012, referente ao 7º ano do ensino Fundamental, o segundo da coleção Araribá plus da editora Moderna, do ano de 2018 já dentro das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular. No livro da Editora Saraiva, logo na Capa nos deparamos com a foto de um indígena com a sua pintura corporal, marcadamente característica. O livro da Editora Moderna, da Coleção Araribá Plus, estampa logo na sua Capa a imagem de uma tribo nativa sendo fotografada, essa tribo nativa também está caracterizada pela sua pintura corporal.

No Capítulo de número cinco da do Livro da Editora Saraiva (2012) intitulado “Povos Indígenas” a foto que estampa o capítulo mostra crianças xavantes da aldeia Idzo-Hurro no estado do Mato Grosso do Sul, em uma fotografia do ano de 2010. Durante todo o capítulo destinado aos povos indígenas, observa-se a interpretação dos povos tupis, relacionando o seu território, a sua vida social, alimentação e a sua origem lendária, bem como a menção ao ritual de antropofagia realizado pelos nativos. Ainda

no mesmo capítulo, em sessão mais adiante o mesmo livro aborda as leis de proteção nativa e os “indígenas hoje” falando das lutas pelas terras e pela proteção ambiental. Contudo, as imagens representativas em alusão aos nativos, ainda são totalmente relacionadas as terras, e as aldeias indígenas.

No Livro da Moderna (2018) também no seu capítulo 5, em sessão destinada aos “Portugueses na América: Conquista e Colonização”, durante os temas algumas 1 e 3, algumas visões sobre os povos nativos são repassadas como se seguem: a imagem referente ao capítulo é da tribo Kuikuro de Palmas (TO) (2015) em cerimônia dos Jogos mundiais dos Povos Indígenas, o capítulo se segue falando dos povos de “Pindorama”, as suas formas de organização social, da origem do termo Índio ou Indígena, o trabalho e a religiosidade, o ritual antropofágico, bem como o contato das tribos com os europeus, as aldeias jesuítas, em seção mais a frente, ainda no mesmo capítulo o livro traz a localização das terras potiguaras e o reconhecimento das mesmas nos dias atuais.

Em análise empregada nos dois livros, não identificamos a imagem do nativo ocupando outros espaços a não ser as suas aldeias, em nenhum dos dois livros, mesmo com a ampla abordagem do tema, proporcionado em grande medida pelas exigências da lei 11.645/2008 e pelas diretrizes da BNCC, observamos em números o índice de índios que ocupam as escolas e universidades, nem mesmo aqueles que ocupam as cidades, que usam a tecnologia, ou até mesmo, o número de representantes indígenas que ocupam as esferas de poder legislativo, executivo ou judiciário. Dando indícios de que os espaços ocupados pelos índios são apenas os espaços da aldeia e da floresta, nesse sentido, os livros didáticos e as escolas ainda precisam avançar no que diz respeito a retirada do estereótipo do nativo como um povo isolado da sociedade brasileira.

Como bem mencionamos em dado momento, essa representação se reproduz tanto no ensino fundamental 1 e infantil, como também no ensino fundamental 2 e médio, fazendo com que o aluno apenas aprenda a cultura nativa como algo que está bastante “distante” da realidade social vivida nas grandes cidades, restrita apenas ao espaço reservado as aldeias.

Tomamos por exemplo também o Livro “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.” Da coleção educação para todos do ano 2006, elaborado pelo Ministério da Educação na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade em parceria com a Unesco, de autoria do antropólogo Gersem dos Santos Luciano, organizado em quatro volumes, dividido em 8 capítulos, no primeiro capítulo trata da “Quem são e quantos são os índios no Brasil”, o

Segundo “Movimento indígena etno-político: história de resistência e luta”, o terceiro “Da cidadania à autonomia indígena: um desafio à diversidade cultural”, e o quarto capítulo que trata da “Educação indígena”, pretende alargar as discussões a cerca da temática, no seu quinto capítulo fala da “Saúde Indígena”, e nos próximos que tratam da economia, do gênero e das contribuições do índio para a sociedade, do e produções como essas são cada vez mais difundidas principalmente no meio acadêmico.

Trata-se, pois, de um texto que parte das imagens de si mesmo e dos outros com as quais lidam os índios no Brasil de hoje, na luta para se projetarem no futuro e construir um presente melhor, à luz de suas tradições culturais diferenciadas e das restrições colocadas pelas múltiplas realidades do nosso país no presente. (LUCIANO, 2006 p.14)

Observando os livros que tomamos por parâmetro, podemos identificar que a aplicabilidade da lei está se fazendo nas escolas, a partir do Livro didático e nas atividades do calendário escolar, contudo na elaboração dos livros didáticos para nós ainda é importante alargar as discussões principalmente no que se refere ao papel do nativo nos dias atuais quando da utilização pelo índio dos espaços dentro da sociedade e das esferas de poder. Contudo a nossa intenção, não é fazer uma análise sistemática do conteúdo desses livros, e sim demonstrar que a Lei 11.645 em grande medida está sendo respeitada e cumprida no âmbito escolar, contudo para nós a forma como a sociedade ainda interpreta o papel do índio na sociedade brasileira ainda é carregado de estereótipos que precisam ser desconstruídos. Na Introdução do Livro “O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.” O autor fala sobre esse estereótipo conforme trecho abaixo:

É certo que no Brasil de hoje ainda muitos brasileiros nos veem como índios preguiçosos, improdutivos, empecilhos para o desenvolvimento. Outros nos veem como valiosos protetores das florestas, dos rios, e possíveis salvadores do planeta doente em função da ambição de alguns homens brancos que estão devastando tudo o que encontram pela frente. (LUCIANO, 2006, p.19)

Aos aspectos inerentes a vida do indígena brasileiro não é apenas a educação que precisa ser considerado para a melhora na condição de vida e para a desconstrução da imagem representativa do índio na sociedade brasileira. No que se refere a legislação sobre as áreas de proteção indígenas, tanto como na Constituição de 1988 e em leis específicas está assegurada a demarcação das terras indígenas, as áreas de proteção ambiental e a integração dos índios na sociedade brasileira, contudo na prática a

aplicabilidade dessas leis não funciona de fato, quando do ano de 2019, principalmente no cenário midiático brasileiro são noticiadas inúmeras disputas entre índios e latifundiários pelas posses das terras, essas por sua vez carregadas de violência e em alguns casos mortes de líderes indígenas, e ativistas sociais da causa, indicando que ainda se faz necessário o cumprimento na pratica das diretrizes apontadas na Legislação bem como a efetiva punição dos casos acima mencionados.

Enfim, ao que nos propormos é demonstrar que a as leis devem ser associadas a pratica efetiva de seus artigos, e de um trabalho educativo de desconstrução do papel nativo na sociedade brasileira, para que não apenas os povos indígenas possam defender seus direitos como também, a sociedade civil possa se mobilizar pela causa e assegurar a que as mesmas sejam cumpridas. Para o efetivo exercício e aplicabilidade da lei e desconstrução da imagem nativa, ainda temos um longo caminho a ser percorrido e que emprega a força e a luta do nativo bem como de todas as esferas da sociedade brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Enfim, a presente pesquisa se propôs a fazer uma breve análise do panorama historiográfico referente à temática indígena, entendemos que na amplitude dos documentos e das possibilidades de análise do objeto a pesquisa não tem como acompanhar um cenário geral e totalizador dessas produções, contudo, entendemos que se faz necessária a abordagem dessa temática para que possamos identificar as melhoras principalmente no tocante à Lei 11645/2008 e a própria constituição que assegura os direitos aos nativos, e a desmistificação do estereótipo ao índio empregado.

O trabalho ao nosso ver, relevantes questionamentos que mesmo tendo trabalhos em outros momentos sobre essa temática, coube aqui mais uma análise de como fora os achados históricos que abordam a cultura e o papel dos povos nativos na construção historiográfica nacional. Assim como no que tange o tratado dessa participação nos dias de hoje não só no âmbito social, mas também em toda a esfera escolar e acadêmica.

Trata-se de uma produção que abre espaço para outras abordagens, observando como os diversos meios de estudo das culturas nativas, com pontos de vista diversos. Com as problemáticas aqui presentes, pontuamos no entendimento da cultura adversa, como uma disputa acirrada de espaços territoriais ainda não explorados pelo novo, e essa exploração tende a afastar aquele que não atende ou não aceita. Porém, esse afastamento, consiste na escrita e no discurso histórico de que tal sujeito ou povo, ou social ou clã não fez parte de tal escrita histórica. Nesse cenário, o sujeito histórico e conseqüentemente o os povos indígenas não se enquadram ao que fora depositado pelos colonizadores, daí o fato de tal expulsão das páginas da escrita desta nação.

Algumas questões foram levantadas, mas nem todas foram de fato respondidas por essa pesquisa. A mesma ainda engatinhando nesse estudo, trouxe uma tentativa de como poderíamos mudar ou incluir tais fatos históricos que tratam a participação indígena no processo historiográfico brasileiro. De fato, o índio tem efetiva participação nas páginas da história nacional? Sim. Mas efetivação histórica é essa que foi abordado por essa pesquisa? Efetivação de sua real contribuição, de sua somatória como sujeito histórico nacional, de seu apoio não como ajudante, mas sim como instrumento de propagação étnica e diversidade cultural. Ajuda essa que deixou de ser contada em muitas obras e trabalhos, como fora mostrado aqui nesta pesquisa.

“As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua

concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio” nesse sentido a interação com o múltiplo representa a diversidade que um povo representa ao outro.

Assim, devemos repensar historicamente de como seria uma abordagem melhor e de que maneira mais correta ou propicia o lugar do índio na identidade nacional. Mas isso seria necessário mais do que uma construção histórica, seria o fator mais importante dessa temática; o respeito às culturas nativas, suas múltiplas formas e métodos culturais. Um verdadeiro resgate historiográfico que essa pesquisa tentou trazer. Mostrando em seus capítulos de como fora, é e foi tal esquecimento da grande contribuição dos povos indígenas na formação dessa nação.

As dificuldades encontradas ao longo desta pesquisa dar – se no seu início até a seu final mostrando as problemáticas de que trata uma pesquisa historiográfica sobre culturas, e culturas indígenas que de forma errônea foram e são abordadas ainda hoje. O desafio para tal atividade teve ao separar obras e fontes que fossem capazes de supri a necessária problemática desse tema, e ter como embasamento nesta análise, no que foi decidido ao perceber de que forma essa forma de analisar a temática indígena não poderia ser revista sem abraçar obras anteriores à construção histórica, como obras que discutisse os dois pontos de vista, do colonizado e do colonizador.

Por fim, estimamos que essa produção acadêmica contribuísse de maneira significativamente para o debate histórico e para a historiografia, de como foi tal processo da participação dos nativos nos anais da história. Pois penetra em um campo de extrema importância para se pensar o tempo vivido, as culturas, e estuda de como é sendo um grande corpo em transformação, tendo uma disputada com tempo e a história escrita que deu-se tal esquecimento. Expomos uma narrativa histórica que tem seu método de produção, porém, assim como as culturas possuem variadas representações, a história deve ser pensada em sua diversidade, as centralidades são múltiplas e elas conversam.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O historiador ou a análise historiográfica como prática de excomunhão**. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: Letras, (p. 192 – 215), 2006.
- ARARIBÁ PLUS: **História**/ Organizadora Editora Moderna; obra Coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna; Editora Organizadora: Maria Raquel Apolinário – 5ª Edição, São Paulo Moderna, 2018.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: **a Arte de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis Rio de Janeiro. Editora vozes, 2008.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. 2 ed. Portugal: Difel, 1988.
- COTRIM, Gilberto, 1955. **Saber e Fazer História, 7º ano /Gilberto Cotrim, Jaime Rodrigues 7ª edição – São Paulo, Saraiva, 2012.**
- CUNHA, Manuela Carneiro. **Introdução a uma história indígena**. In: CUNHA, M. C. da (Org.). História dos índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC/Companhia das Letras, 1992, p.9-24.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1.ed., 13. reimpr. - Rio de Janeiro: LTC –Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 2008.
- GERSEM, dos Santos Luciano: **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje / – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.**
- Hall, S. (2006). **A identidade cultural na pós-modernidade** (11ª. Edição). São Paulo: DP&A.
- LARAIA, Roque. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- MONTEIRO, Luíra Freire, 2016 **Retórica da Alteridade: Portugal e portugueses na historiografia brasileira – São Paulo: Hedra, 2016**
- LE GOFF, Jacques, 1924 **História e memória/Jacque Le Goff; tradução Bernado Leitão. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.**

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Editora Autêntica, 3º edição.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial/ São Paulo Companhia das Letras, 2009.

LOPES DA SILVA, Aracy. **Uma antropologia da educação no Brasil reflexões a partir da escolarização indígena** In LOPES DA SILVA Aracy FERREIRA Manaria Kawall Leal (Org) **Antropologia história e educação a questão indígena e a escola São Paulo Global 2001** p 29 43.

TODOROV, Tzvetan. **A Conquista da América. A Questão do Outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEITURAS COMPLEMENTARES

A época colonial, v.2: **administração, economia, sociedade**/ por Aziz N. Ab'Saber... [et al]; introdução geral de Sérgio Buarque de Holanda – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Rio de Janeiro, 2001.

REIS, Carlos José. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9ª ed – Rio de Janeiro. Ed FGV, 2007.